



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 5/2021 - COMISSÕES/MEMORIA**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no art. 6º, IX, art. 7º da Lei nº 8.666/93 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Projeto Básico que objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emolduramento de quadros, impressão gráfica e confecção de letreiro para composição da Galeria das Cortes Eleitorais, no período de 1982 a 2021.

Sua elaboração observa, ainda, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução n. 23.234, de 25/03/2010.

**2 – DO OBJETO**

Objetiva-se a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de emolduramento de quadros, impressão gráfica dos quadros e confecção de letreiro, para composição da Galeria das Cortes Eleitorais, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Emolduramento de quadros da galeria das Cortes. Quadros medindo 48,4 cm de largura X 67,4 cm de altura, com moldura dourada medindo 2 cm de espessura, paspatur na cor preta, moldura interna dourada e acabamento com vidro de 2 milímetros.	26		
2	Impressão em papel fotográfico de alta qualidade, conforme arte encaminhada pelo tribunal, medindo 36 cm de largura X 55 cm de altura	20		



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Confecção de identificação da galeria das cortes eleitorais em acrílico de 2 cm de espessura, conforme arte encaminhada pelo tribunal.	1		

## **2. Informações complementares ao Objeto**

2.1.1 A arte para impressão da Galeria das Cortes será encaminhada à contratada pela fiscal do contrato (SJGI), imediatamente após a assinatura da nota de empenho.

2.1.2 O tipo de moldura obedecerá às especificações constantes do item 2 - Do objeto - e, conforme especificações técnicas e arte a ser encaminhada pela SJGI, no prazo de dois dias úteis, a contar da assinatura da nota de empenho.

2.1.3 A Contratada deverá comunicar, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los ou atrasá-los.

2.1.4 Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de dimensões, tamanho e prazos.

2.1.5 Os serviços e materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 11 às 18h, na Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Telefone para agendamento: (069) 3211-2112 ou 3211-2081.

## **3 – DA JUSTIFICATIVA**

### **3.1 Da Necessidade**

A contratação que ora se propõe visa resgatar, preservar e disseminar a memória institucional com a criação da Galeria das Cortes do Tribunal, desde a sua criação em 1982.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A referida ação encontra-se alinhada com as diretrizes da Resolução CNJ n. 324, de 30/6/2020, sobretudo ao disposto no art. 3º, II, que define como diretriz a todos os órgãos do Poder Judiciário, a produção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário e a consequente difusão e consolidação da imagem institucional.

A Galeria das Cortes vem ao encontro desta diretriz, visto que comporá o acervo permanente histórico, com o registro dos membros e respectivos biênios que compuseram a Corte Eleitoral, registrando a trajetória dessas cortes na construção da história do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

### **4 - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Projeto Básico vem ao encontro do planejamento estratégico deste Tribunal, especialmente no tocante à sua visão de futuro, que consiste em "Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança", sendo a transparência um de seus principais valores.

### **5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 246/2020, de 08/10/2020.

O artigo 6º, IV, da mesma norma, determina que essas unidades ou núcleos devem fomentar as ações que estimulem a promoção de contratações sustentáveis. Dentro dessa linha, o artigo 17 da Resolução estabelece que as contratações efetuadas pelos órgãos deverão observar:

I – critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, tais como:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- b) eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos;
- c) eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- d) gêneros alimentícios.

II - práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;

III – critérios e práticas de sustentabilidade no projeto e execução de obras e serviços de engenharia, em consonância com a Resolução CNJ 114/2010;

IV – emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as limitações de cada município.

No entanto, a referida resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir, quer nos editais ou mesmo nos instrumentos contratuais o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Ademais, verifica-se que o objeto pretendido não se enquadra nas hipóteses listadas no retrocitado artigo 17 da Resolução CNJ n. 201/2015.

## **6 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A Instrução Normativa SG/ME n. 73/2020, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal é, sempre que possível, adotada como um referencial de boa prática.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Referida norma estabelece alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços (arts. 3º e 5º), entre eles, o painel de preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

Ocorre que, pelas características do objeto pretendido, para o qual está sendo definida a entrega em até 20 (vinte), a adoção do painel de preços ou contratações similares de outros entes públicos como referencial de preços levará a distorções porque não contemplará as especificidades da contratação.

Assim, optou-se pela pesquisa de preços no mercado local com os fornecedores potenciais, procedimento previsto no inciso IV do art. 5º da norma citada, entendido como mais efetivo para estimar de forma eficaz o preço dos serviços pretendidos.

Apresentaram cotações as empresas: Elisnei Adam ([0744556](#)), ArteVidro ([0744563](#)), Copiadora Roriz ([0744567](#)) e SP Santos Decorações ([0749425](#)).

Cumprir observar que a empresa ELISNEI ADAM cotou o menor preço, no valor de R\$ 10.569,90 (dez mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) e possui condições técnicas de prestar os serviços relacionados ao item do objeto. Contudo, não possui certificado de regularidade com o Fundo Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fato impeditivo à contratação, por desatender exigência formal, conforme consta nas certidões acostadas no evento [0749589](#).

A empresa ArteVidro apresentou proposta no valor de R\$ 10.710,00 (dez mil setecentos e dez reais) - [0744563](#), no entanto, posteriormente foi consultada se atenderia as condições e termos constantes da proposta de preços, tendo declarado que não mais tem condições de manter a proposta (vide declaração no verso da proposta de preços [0750285](#)).

Na sequência, restaram as empresas SP Santos Decorações e Copiadora Roriz.

A empresa Copiadora Roriz apresentou o preço mais elevado - R\$ 13.323,00 (treze mil, trezentos e vinte e três reais) – evento [0744567](#).

**A partir dos preços ofertados, verifica-se, portanto, que o menor valor para as cotações válidas foi apresentado pela empresa SP Decorações ([0749425](#)), no valor total de R\$ 12.950,00 (doze mil quinhentos, novecentos e cinquenta reais). A empresa juntamente com a cotação**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**forneceu todas as certidões necessárias, conforme informado no quadro abaixo:**

Item : Serviço de emolduramento de quadros, impressão gráfica e confecção de letreiro para composição da GALERIA DAS CORTES				
Data da consulta: 1º de setembro de 2021.				
Ordem	Empresa	CNPJ	Valor total (R\$)	Cotação e Habilitação
1	Elisnei Adam Santos Costa – ME	09.202.639/0001-24	10.569,90	<a href="#">0744556</a> e <a href="#">*0749589</a> *Não atende habilitação jurídica – falta do CRF
2	ArteVidro Com. LTDA	03.676.671/0001-65	10.710,00	0744563, 0749431 e 0750285 Não manteve as condições da proposta de preços - Desistência
3	SP Santos Decorações Ltda – ME	41.331.795/0001-06	12.950,00	<a href="#">0749425</a> e <a href="#">0749435</a>
4	Copiadora Roriz Ltda - ME	22.882.427/0001-01	13.323,00	<a href="#">0744567</a> e <a href="#">0749432</a> Maior preço
<b>Empresa vencedora</b>	<b>SP Santos Decorações Ltda – ME</b>	<b>41.331.795/0001-06</b>	<b>12.950,00</b>	<a href="#">0749425</a> e <a href="#">0749435</a>
Valor total R\$	R\$ 12.950,00 (Doze mil, novecentos e cinquenta reais) - menor preço			

**7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

- EXERCÍCIO - 2021
- Categoria:
- Orçamento Ordinário 2021
- Plano Interno: ADM EVENTO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Valor: R\$ 12.950,00 (Doze mil, novecentos e cinquenta reais)

## **8 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR DA DESPESA**

### **8.1 Dispensa de licitação em razão do valor:**

Tomando-se por base as propostas apresentadas, com fulcro no menor preço global, a que melhor se enquadra às necessidades deste TRE-RO é a empresa SP Decorações (0749425), CNPJ 41.337.795/0001-06, com proposta no valor total de R\$ 12.950,00 (doze mil, novecentos e cinquenta reais). Foi juntado aos autos a comprovação de regularidade para contratar com o poder público demonstrada pelas certidões juntadas no evento [0749435](#). Assim, esta unidade manifesta-se pela contratação direta, por dispensa de licitação, com fundamento no 24, II, da Lei n. 8.666/93.

## **9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

1. O recebimento dos materiais e a fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela titular da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação ou por seu substituto legal, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.
2. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
3. Os procedimentos adotados são os previstos neste projeto básico, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

## **10 - DO CONTRATO**

1. O Contrato de fornecimento/prestação de serviços será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, complementado pelos termos e condições contidos na cotação de preços da adjudicatária (0749425 e 0749435) e neste projeto básico.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.
3. Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a Adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Vide certidões acostadas no evento 0749435.
3. A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela Adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela Adjudicatária.
4. A Adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da Adjudicatária.
6. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, ao **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO FEDERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA**, pelo prazo de 3 (três) meses, cumulado com multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado.

## **11 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1 São obrigações da Contratante:**

- 11.1.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico e anexos.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1.2 Efetuar o recebimento definitivo dos serviços e materiais, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos e serviços especificados no item 2 deste PB e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação do TRE-RO.

Os serviços e materiais poderão ser recusados, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo fiscal da contratação, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, se:

- a) Constatado que os mesmos apresentam desacordo com as especificações deste instrumento, da proposta da contratada, da nota de empenho;
- b) Entregues em desacordo com a arte e arquivos fornecidos pela contratante;
- c) Entregues fora do prazo, tornando-se inútil ao fim que se destina;
- d) Apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedade para o uso.

11.1.3 Pagar à contratada pelos serviços regularmente prestados, de acordo com as seguintes regras e condições:

- a) O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, e precedida mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Nota Fiscal for atestada, sendo efetuadas as retenções legais;
- b) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e ao CNJ;
- c) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.
- d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.1.4 A compensação financeira prevista neste item cobrada em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **11.2 São obrigações da Contratada:**

11.2.1 Cumprir as obrigações estabelecidas neste projeto básico e seus anexos.

11.2.2 Entregar os serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) O material solicitado deverá ser entregue no endereço indicado na cotação de preços e neste projeto básico.

b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 11 às 18h, podendo haver agendamento, a critério da (o) titular ou substituto (a) da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação do TRE-RO.

11.2.3 Substituir inadequações no serviço prestado, em desconformidade com as especificações do objeto, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa do serviço prestado;

11.2.4 Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

a) Expirado o prazo previsto para adequação do serviço prestado, nos termos da notificação do setor demandante (SJGI), o contratante se reservará no direito de proceder à devolução dos serviços e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da contratada.

11.2.5 - Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega ou substituição dos serviços, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos. Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição dos serviços, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008 TRE-RO.

11.2.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também na Justiça do Trabalho e no Conselho Nacional de Justiça;

11.2.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da contratação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

## **12 - DAS SANÇÕES**

### **12.1 Sanções Moratórias:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a celebração do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

1.1 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

1.2. Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial das obrigações assumidas.

1.3 30% (trinta por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.

2. Demais descumprimentos de determinação do fiscal do contrato para cumprimento de obrigação estipulada neste instrumento, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

2.1 primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

2.2 segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

2.3 terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

2.4 quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual.

### **12.2 Sanções Punitivas:**

1. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas na cotação de preços e seus anexos, as seguintes sanções:

1.1 advertências.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2 multas sobre o valor do contrato e fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste projeto básico, de até 30% (trinta por cento).

1.3 declarações de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

2. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida nesta cotação de preços, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a extinção do contrato.

3. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário).

4. A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

5. Quando o valor do pagamento a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei nº 6.830/80).

6. Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

7. No mesmo ato o responsável será notificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02).

8. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO - CAI2.

9. As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10. O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

## **13 – DOS ANEXOS**

São anexos ao presente instrumento:

I - Cotação de Preços (eventos [0749425](#) e [0749435](#)), conforme listado no item 6.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Membro da Comissão, em 13/10/2021, às 19:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0750286** e o código CRC **9359D670**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0002905-81.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002905-81.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de emolduramento de quadros, impressão gráfica dos quadros e confecção de letreiro, para composição da Galeria das Cortes Eleitorais. Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 186 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Comissão de Memória ([0733974](#)), objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de **emolduramento de quadros, impressão gráfica dos quadros e confecção de letreiro**, para composição da Galeria das Cortes Eleitorais do TRE-RO.

**02.** A Solicitação de Contratação 4 ([0733989](#)), pede a autorização para a elaboração de estudo técnico preliminar (ETP) e projeto básico (PB) da contratação pretendida, foi encaminhada pela unidade demandante à Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC). E, pelo Despacho nº 1528/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0735336](#)), o pedido foi deferido pelo secretário da SAOFC, que determinou o envio dos autos à unidade solicitante/demandante para a elaboração do ETP e PB.

**03.** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação, contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico, foi juntado aos autos no evento [0735836](#). Para a estimativa do valor da despesa a unidade utilizou-se da Pesquisa de Preços entre empresas do mercado local, na qual se obteve a resposta de empresas do ramo de atividade da contratação ([0744556](#), [0744563](#), [0744567](#) e [0749425](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** Juntou-se aos autos os documentos de habilitação de 04 (quatro) empresas participantes do cotação de preço, são elas: ELISNEI ADAM SANTOS COSTA ([0749589](#)), SP SANTOS DECORAÇÕES LTDA ([0749435](#)), COPIADORA RORIZ LTDA ([0749432](#)) e ARTEVIDRO COMERCIO LTDA ([0749431](#)).

**05.** Em seguida, elaborou-se a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0749707](#)) e o Projeto Básico nº 5/2021 – COMISSÕES/MEMORIA ([0750286](#)). E encaminhou os autos à unidade competente para continuidade do feito, conforme Remessa 15/2021 – COMISSÕES/MEMORIA ([0750299](#)).

**06.** Após manifestação nº 2/2021 – COMISSÃO/MEMORIA ([0751233](#)), que atendeu à Solicitação de Diligência – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0750693](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado, atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 108/2021 ([0751561](#)).

**07.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de **R\$ 12.950,00** (doze mil novecentos e cinquenta reais) para suportar a despesa no presente exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0752065](#)).

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (sem grifo no original)

**11.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

**12.** No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de R\$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 5 ([0750286](#)), na Cotação de Preço realizada ([0749425](#)) e na informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0749707](#)). Assim, está dentro do limite legal apresentado no item anterior. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**13.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

**14.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

**15.** No vertente caso, a unidade solicitante, no item 6 do PB juntado, informa que em razão da exigência de entrega dos serviços em até 20 (vinte) dias, a adoção do painel de preço ou contratações similares de outros entes públicos como referencial de preço distorceria o valor real dos objetos pretendido. Assim, optou-se pela pesquisa no mercado local com os potenciais fornecedores, nos termos do inciso IV do art. 5º da Instrução Normativa SG/ME nº 73/2020. Em resposta a cotação de preço realizada, embora 4 (quatro) empresas tenha participado, apenas 02 (duas) delas aptas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a contratar com o setor público, com regularidade fiscal e trabalhista completa.

**16.** Sobre precificação com base em apenas 2 preços aptos a contratar com a Administração Pública encontra amparo no **item 9.3.2 do Acórdão TCU nº 718/2018 - Plenário** ou do **Acórdão TCU nº 2.531/2011 - Plenário** (que admite, de forma excepcional, menos de 3 cotações, desde que o fato esteja devidamente justificado).

**17.** Com relação a este tema, embora haja entendimento do TCU que a cotação deve ser realizada com pelo menos **três empresas** aptas a contratar com a Administração Pública (**Acórdão nº 1782/2010-Plenário**), esta Corte de Contas também reconhece que as particularidades do caso concreto poderão impedir a participação na cotação dessa quantidade de empresas.

**18.** Nesse contexto, além dos acórdãos já mencionados, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei nº 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;** (...)

**19.** Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa e inexigibilidade deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

**20.** Embora não explicitado no item 6 do PB, pode-se inferir que a unidade demandante apresentou justificativa para a inexistência das 3 cotações válidas, ainda demonstrou nos autos que não mediu esforços para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que este procedimento fosse o mais abrangente possível nas circunstâncias apresentadas. A saber:

Cumpra observar que a empresa ELISNEI ADAM cotou o menor preço, no valor de R\$ 10.569,90 (dez mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) e possui condições técnicas de prestar os serviços relacionados ao item do objeto. Contudo, não possui certificado de regularidade com o Fundo Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fato impeditivo à contratação, por desatender exigência formal, conforme consta nas certidões acostadas no evento [0749589](#).

A empresa ArteVidro apresentou proposta no valor de R\$ 10.710,00 (dez mil setecentos e dez reais) - [0744563](#), no entanto, posteriormente foi consultada se atenderia as condições e termos constantes da proposta de preços, tendo declarado que não mais tem condições de manter a proposta (vide declaração no verso da proposta de preços [0750285](#)).

Na sequência, restaram as empresas SP Santos Decorações e Copiadora Roriz.

A empresa Copiadora Roriz apresentou o preço mais elevado - R\$ 13.323,00 (treze mil, trezentos e vinte e três reais) – evento [0744567](#).

**21.** Destarte, tendo em vista a competitividade limitada do objeto no mercado local e a consonância entre os preços apresentados por pelas empresas sem regularidade fiscal e os obtidos junto as empresas com regularidade fiscal atestadas, deve-se levar em consideração, na justificativa do preço da contratação pretendida, as pesquisas junto a empresa irregular e a que desistiu da cotação.

**23.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **SP Santos Decorações Ltda – ME**, CNPJ nº **41.331.795/0001-06**, no valor de **R\$ 12.950,00**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão **preenchidos**.

**24.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

### **Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS**

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

**24.** No caso ventilado, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0749435](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração, no entanto as certidões devem ser atualizadas antes de efetivada a contratação, principalmente a certidão de regularidade com o FGTS.

**25.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **SP Santos Decorações Ltda – ME, CNPJ nº 41.331.795/0001-06**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**26.** De outro lado, o Projeto Básico 5 ([0735836](#)), complementado pela Cotação de preços realizada pela unidade SEAP, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

### **III – CONCLUSÃO**

**27.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **SP Santos Decorações Ltda – ME, CNPJ nº 41.331.795/0001-06**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela apresentação do PB 5 juntado aos autos (0735836) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

28. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 21/10/2021, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 21/10/2021, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0753714** e o código CRC **C26B347E**.

0002905-81.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002905-81.2021.6.22.8000

INTERESSADO: MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de emoldramento de quadros, impressão gráfica dos quadros e confecção de letreiro, para composição da Galeria das Cortes Eleitorais – dispensa de licitação.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DESPACHO Nº 1499 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Comissão de Memória ([0733974](#)), objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de **emolduramento de quadros, impressão gráfica dos quadros e confecção de letreiro**, para composição da Galeria das Cortes do TRE-RO.

A unidade demandante elaborou a Solicitação de Contratação 4 ([0733989](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 54 ([0735836](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0749707](#)).

Carreou-se aos autos, também, as cotações de preços obtidas no mercado local, apresentadas pelas empresas ELISNEI ADAM SANTOS COSTA ([0749589](#)), SP SANTOS DECORAÇÕES LTDA. ([0749435](#)), COPIADORA RORIZ LTDA. ([0749432](#)) e ARTEVIDRO COMERCIO LTDA. ([0749431](#)).

O Projeto Básico nº 5/2021 – COMISSÕES/MEMÓRIA ([0750286](#)) dimensionou o valor total da contratação em R\$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais), descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de contratação direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Após a análise inicial do Projeto Básico n. 5/2021 - COMISSÕES/MEMÓRIA ([0750286](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) detectou a necessidade de ajustes e/ou justificativas pela unidade solicitante, conforme Solicitação de Diligência constante do evento [0750693](#). Por esse motivo, os autos foram devolvidos à Comissão de Memória.

Em atendimento à Solicitação de Diligência ([0750693](#)), a Comissão de Memória juntou a Manifestação n. 2/2021 ([0751233](#)), informando as datas em que foram emitidas as cotações de preços.

A COMAP concluiu pela regularidade do Projeto Básico ([0750286](#)), complementado pela cotação de preços da empresa SP Santos Decorações Ltda – ME, CNPJ n. 41.331.795/0001-06 (evento [0749425](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0751561](#)).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0752065](#)) no valor de R\$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais). Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível, orçamentária e financeiramente, com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA). Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2021 tramita no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, através do Parecer Jurídico nº 186/2021 ([0753714](#)), opinou pela viabilidade de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993 da empresa **SP Santos Decorações Ltda – ME**, CNPJ nº **41.331.795/0001-06**; e pela aprovação do Projeto Básico n. 5/2021-COMISSÕES/MEMÓRIA ([0750286](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico; pela regularidade do preço estimado; pela autorização da despesa; pela **contratação direta** da empresa **SP Santos Decorações Ltda – ME**, inscrita sob o CNPJ nº 41.331.795/0001-06, por dispensa de licitação, com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#) e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE ([0753816](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restou devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas as contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**.

Ademais, a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0749707](#)), documento anexo do Projeto Básico 5/2021 ([0750286](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que visa resgatar, preservar e disseminar a memória institucional com a criação da Galeria das Cortes do Tribunal, desde a sua criação em 1982. Além disso, referida ação encontra-se alinhada com as diretrizes da Resolução CNJ n. 324, de 30/6/2020, sobretudo ao disposto no art. 3º, II, que define como diretriz a todos os órgãos do Poder Judiciário, a produção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário e a consequente difusão e consolidação da imagem institucional.

Assim, das informações coligidas aos presentes autos, verifica-se que a empresa **SP Santos Decorações Ltda – ME**, CNPJ nº **41.331.795/0001-06** ([0749425](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a contratação em comento, no valor de R\$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais).

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

**1 - Aprovo o ETP nº 4/2021 ([0735836](#)) e o Projeto Básico nº 5/2021-COMISSÕES/MEMÓRIA ([0750286](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

**2 - Aprovo o preço estimado**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**;

**4 - Adjudico o objeto à empresa SP SANTOS DECORAÇÕES LTDA. – ME**, CNPJ nº **41.331.795/0001-06**, por ter apresentado o menor preço, R\$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais), e autorizo a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, condicionada à atualização da sua regularidade fiscal; e

**5 - Determino a publicação do ato de ratificação apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, nos termos do [artigo 26 da Lei n.8666/93](#).

À SAOFC, para a continuidade das ações, visando a contratação pretendida e certificar que esta Administração



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não realizou contratações da mesma natureza, no presente exercício, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 28/10/2021, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755585** e o código CRC **9C9025F0**.